**O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA GESTÃO ESCOLAR.**

Autor: Jheimeson Henrique de Sousa Silva

Graduando em pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

jamessousab13@gmail.com

Coautora: Maiara Thais de Sousa Cardoso

Graduanda em História

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

maiarasousacardoso@gmail.com

Coautora: Rosângela da Silva Barros Moura

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

[rosangeladasilvabarrosmouraa@gmail.com](mailto:rosangeladasilvabarrosmouraa@gmail.com)

Coautora: Marilândia Marinho Lima

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL [marinhomarilandia@gmail.com](mailto:marinhomarilandia@gmail.com)

Orientador: Antonio Sousa Alves

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará

Asalves2@gmail.com

**RESUMO**

O artigo tem por objetivo analisar a formação do público e do privado a partir de seu conceito, e como é formada a participação do Estado como propulsor de acessibilidade educacional em face de gestão escolar. Parte-se de uma pesquisa analítica a partir de pesquisa bibliográfica. Para tanto, destaca-se a formação da educação como poder de estado, começando na antiguidade fazendo correlação com a educação no Brasil. Demonstrando a formação da educação brasileira através dos jesuítas no período colonial até via reforma do Estado. Discute-se, também, o conceito de gestão democrática nas escolas públicas brasileiras posto essa lógica de gestão das escolas com base na orientação da gestão de empresas. O texto apresenta, ainda, os conceitos de participação, democracia e autonomia. Desta forma, conclui-se que a relevância deste tema contribui para as discussões do aspecto educacional, visando em caráter substancial, promover uma análise dos meios de gestão de ensino vigentes no país. Para subsidiar a pesquisa, foram utilizados autores como LIBÂNEO (2011), MANACORDA (1989) e ROMANELLI (2010).

**Palavras-chave:** Gestão escolar. Escola pública. Rede privada de ensino.

**INTRODUÇÃO**

A escola é expoente fundamental para a construção educacional de uma sociedade. Além disso, colocamos a formação das escolas publica e privada, buscando esse processo educacional na antiguidade e correlacionando com a educação brasileira. Consoante a isso, as escolas como ponto importante para a política, que tem o papel de conduzir os direitos sociais e de tornar acessível à educação para todas as classes sociais. O estudo da formação da gestão escolar na administração dos diferentes seguimentos (público e privado).

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo analisar a formação do público e do privado a partir de seu conceito, e como é formada a participação do Estado como propulsor de acessibilidade educacional em face de gestão escolar, sendo elas públicas e privadas.

Quanto à metodologia, o presente trabalho pode ser classificado como do tipo analítico-bibliográfica, pois seu processo de elaboração se deu através de revisão e análise bibliográfica. No que diz respeito ao seu plano temático, faz alusão inicial aos conceitos e definição de gestão democrática, também conceitua o público e privado, da História e da Economia. Logo após enfatiza a questão da gestão escolar na rede pública e privada, trazendo a análise do modo como o sistema democrático de gestão se insere e como é realizada administração escolar. O problema de pesquisa apresentado neste artigo é se “Existe influencia de empresas privadas na gestão escolar?”.

**CONCEITO DE PÚBLICO E PRIVADO**

Falar de público e privado na educação requer uma análise que possa partir da esfera conceitual, na definição e significação de termos importantes na formulação do desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, iniciamos pelo conceito de público e privado, tendo como fundamental elemento a administração das gestões escolares.

Vale ressaltar a origem etimológica de público e privado como ponto de definição. Assim, de acordo com Estevão (1998, p.5), o público é um sistema formal sendo acessível e manifestado, partilhado de um poder público; ao passo que o privado é vinculado ao sentido de privação, aquilo que se encontra afastado ou isolado da sociedade pública, sendo ligada a ideia de propriedade própria, ou seja, o privado é reservado para poucos (individual), ainda para o poder oculto.

Por sua vez, Wanda (2010) argumenta sobre a concepção de público e privado na gestão escolar, a pesquisadora faz a seguinte indagação “vitória incontestável das escolas privadas? Mais ou menos” a autora em seguida explica que as escolas Federais e as Particulares tem melhor desempenho, primeiro pela seleção que ambas fazem, as escolas federais no processo seletivo e permanência na escola pelas notas, e a particular pelo quesito financeiro. Dessa forma as duas escolas tem mais autonomia na gestão escolar do que as escolas estaduais.

A partir dessa revisão pode-se aferir que esses conceitos são muitas vezes validos para educação no que se refere ao pensamento comum, pois, aparentemente a educação privada tem melhores resultados que a pública. Segundo Wanda (2010), a gestão das escolas privadas é revidas por metas, ou seja, se um professor ou um coordenador não tiver obtendo os resultados esperados pela administração da escola os mesmos são demitidos. Nas escolas federais a própria concorrência para assumir os cargos já seleciona os melhores profissionais,

enquanto que nas escalas estaduais e municipais, não se tem esse mesmo controle, tendo em vista que são profissionais concursados que não tem medo de perder o emprego. Esses parâmetros podem influenciar a qualidade do ensino em ambas as redes, dando resposta algumas indagações a respeito da educação pública e privada.

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O PÚBLICO E O PRIVADO NA FORMAÇÃO DO ESTADO**

Para falar de educação precisamos entender o surgimento da formação da escola através do estado, requer um dimensionamento de análise, que possa partir do estudo do surgimento da educação e concepção de público e privado em uma sociedade, sendo pontos importantes na formulação do enredo da pesquisa. Dessa forma, iniciamos falando sobre educação e estado na antiguidade, fazendo correlação com a educação brasileira.

Logo, Mario Alighiero Manacorda (1989) argumenta que a educação na constituição de estado vem se difundindo e consolidando desde a antiguidade, desde então, apenas uma pequena parcela da população é que frequentava a escola, com isso, a educação era destinada aos filhos dos grandes centuriões. As grandes escolas de gramáticas e de eloquência eram destinadas as classes privilegiadas da sociedade antiga, por serem destinadas as classes dominantes, assim, a educação passou a ser de interesse público conseguindo apoio do poder político, sendo financiador dos salários dos mestres, assumindo fundações de escolas, sendo inicialmente privadas e depois de estado.

Otaíza de Oliveira Romanelli (2010, p. 33) argumenta que no Brasil a educação esteve fortemente ligada ao colonialismo e em uma formação de educação europeizada, onde o patriarcado eram os que forneciam as ideias e pensamentos, todas buscadas através das obras jesuítas. Os brancos (colonizadores) determinava ser distintos pela sua origem europeia, da população nativa, negra e mestiça, assim, eles eram dominantes do poder público e econômico, sendo difusores de elementos culturais e da educação. Nesse sentido, apenas donos de terras e Senhores de Engenhos que detém do direito de usufruir da educação, apesar disso, eram em números restritos, pois eram excluídos dessa minoria as mulheres e filhos primogênitos. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas que pertenciam à classe dominante que estava destinada à educação escolarizada.

Nessa perspectiva, no período colônia a educação era ritualística, pois se utilizava da escola para implantar conhecimentos de modelos culturais importados, diminuindo a possibilidade de criar. Diante disso, era necessário manter os desníveis sociais para reforçar a desigualdade, por conseguinte, a função da escola foi a de manter privilégios de classes, demostrando ela mesma como uma forma de adquirir privilégios. (ROMANELLI, 2010, p. 24).

Enquanto o sistema educacional ser destinadas as elites, se cria uma problemática social, sendo dificilmente revestidas. Otaíza de Oliveira Romanelli declara que:

Nos países cuja tradição escolar criou um comportamento social favorável á demanda de educação “elitista” e aristocrática, dificilmente o inicio da industrialização acarreta mudanças na expressão dos interesses sociais pela educação. No caso do Brasil, por exemplo, mais de três séculos de escravidão e patriarcado podem ser responsáveis pela criação de uma demanda típica de educação classista. (ROMANELLI, 2010, p. 28).

Outro ponto que se deve ser levado em consideração, é que no século XIX, onde o Brasil ganha uma independência política, também se nota uma mudança no cenário educacional, à pequena camada populacional começa a procurar a educação como meio de ascensão social, no entanto, o ensino que a classe intermediária procurava eram as mesmas disponibilizadas para classe dominante, em razão de ser “classificado”, desta forma, mesmo existindo duas classes distintas frequentando escolas, o tipo de educação permanecia a mesmas para ambas as classes. (ROMANELLI, 2010, p. 38).

Em vista disso, a descentralização que se sucedeu com o ato Adicional 1934, ocorreu mudanças no cenário educacional, pois, o ato deu plenos poderes que se delegaram as províncias o direito de regulamentar a educação primária e secundária, porém a falta de recursos, pela má administração de arrecadações de renda, inviabilizou as províncias de criarem uma organização na educação, com isso, o ensino secundário passou a ser da rede privada e o ensino primário foi deixado ao abandono, com poucas escolas. (ROMANELLI, 2010, p. 40).

As escolas secundárias sendo de iniciativas privadas tornarem-se ainda mais separatistas a educação. Como cita a autora Otaíza de Oliveira Romanelli, assim:

O fato de a maioria dos colégios secundários estarem na mão de particulares, acentuou ainda mais o caráter classista e acadêmico do ensino, visto que apenas as famílias de altas posses podiam pagar e educação de seus filhos. (ROMANELLI, 2010, p. 41).

Partindo dessa premissa, cabe salientar que uma sociedade decide transformar seu sistema elitista em um sistema que ampara á todos, mesmo que se use como mecanismos de desenvolvimento nacional. Consequentemente, surgem novos e desconhecidos problemas. Um ponto a ser colocado, quando uma grande massa populacional deseja um ensino amplo, mas deseja o tipo de educação que seja propício aos seus próprios interesses futuros e ao desenvolvimento nacional.

Nesse ponto, Lilian Leda Saldanha confirma que o processo de expansão da educação ocorreu através dos princípios liberais que transferiram para a educação um papel social para o progresso do individuo e da nação. Assim, difundem a ideia de que a escola não podia ser privilégios das classes dominantes (elite), porém sendo ferramenta de justiça social, no qual dever ser baseado no mérito e não na riqueza. (2008, p.71). Os liberais defendiam as políticas educacionais que priorizava a instrução primaria, além de combaterem a criação das universidades no Brasil, pois constituiria uma instituição designadas aos privilegiados. Sendo considerada uma herança do sistema católico-feudal da Idade Media. (SALDANHA, 2008, p.72).

Dando ênfase a educação pública, torna-se evidente, que para construir um país moderno e democrático com a participação popular na vida política e econômica da nação, isso, porém, só seria possível se a educação tornasse possível a todos os cidadãos. Sabendo disso, aconteceram denúncias sobre a precariedade do ensino elitizado, suas deficiências quantitativa e qualitativa. (SALDANHA, 2008, p.73).

**O EMBATE ENTRE DEFENSORES DA ESCOLA PUBLICA E PRIVADA NA FUNÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.**

Como mencionado anteriormente, a origem da educação brasileira se deu com a chegada dos jesuítas, que cumprindo sua missão, a de catequizar os índios a sua religião, utilizou de todo um mecanismo estratégico de ensino, que possibilitou o inicio das politicas educacionais centradas nos interesses da igreja. Além disso, esta mesma centralidade perderia seu controle de ensino por meio dos vários processos ocorrido ao longo da história.

Libâneo (2011) ressalta que as mudanças aconteceram de forma gradativa, por meio de manifestos e articulações que resultaram nas reformas constitucionais, a começar pela década de 1920, com as concepções liberais dos escolanovistas que publicaram, em 1932, o manifesto dos pioneiros da educação nova, que propôs um novo olhar sob as bases pedagógicas, bem como uma reestruturação na politica educacional. Em seguida, a constituição de 1934 trouxe em xeque o ensino primário obrigatório e gratuito, bem como o concurso público para o magistério dentre outros.

Foi nesse cenário que a igreja católica começa a perder sua hegemonia educacional. Dessa forma, foi necessário ao longo dos anos criarem gestões escolares na qual requer um trabalho em equipe com a participação de todo o corpo docente da escola, dos pais e da comunidade. Esse tipo de gestão democrática é encontrado no setor público, enquanto no privado a gestão é centrada em um único poder, geralmente pela diretora que também é proprietária da instituição. Essa exclusividade atrapalha o desenvolvimento e a administração escolar.

Segundo Dourado (2001, p.79), o conceito de gestão é:

[...] processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do 'jogo' democrático e, consequentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas.

Discorre, dessa maneira, de uma conceituação que amplia a necessidade da participação dos segmentos na gestão da escola em cumprir os obstáculos resultantes de um trabalho individual.

O conceito de gestão escolar foi elaborado para superar um possível enfoque limitado do termo administração escolar. Foi estabelecido a partir dos movimentos de abertura política do país, que ocasionaram novos conceitos e valores, associados, sobretudo à ideia de autonomia escolar, à participação da sociedade e da comunidade, à criação de escolas comunitárias, cooperativas e associativas e ao incentivo às associações de pais. Assim, no campo da gestão escolar, o estabelecimento de ensino passou a ser percebido como um sistema aberto, com uma cultura e identidade própria, capaz de reagir com eficiência às solicitações dos contextos locais em que se incluem.

A gestão escolar aponta questões concretas da escola e de sua administração, baseadas no que se convencionou chamar de “escolas eficazes”. Estas possuem características como orientação para resultados, liderança marcante, consenso e coesão entre funcionários a respeito dos objetivos da escola, ênfase na qualidade do currículo e elevado grau de envolvimento dos pais. (MENEZES, 2001).

Uma gestão de escola – seja pública ou privada – centrada nas aprendizagens e com participação da comunidade é chave para se conseguir melhores resultados. “É preciso, portanto, fortalecer, de uma parte, a liderança escolar e as competências em gestão educativa, de outra parte, o desenho de estratégias e mecanismos de certificação e incentivos da qualidade educativa das instituições escolares” (CEPAL/UNESCO, 2005, p. 86).

Para Libâneo uma das funções básicas do professor é participar ativamente na gestão e organização da escola, contribuindo nas decisões de caráter organizativo, administrativo e pedagogico-didatico. Para isso é preciso conhecer bem os objetivos e o funcionamento de uma escola, dominar e exercer competentemente sua profissão de professor, trabalhar em equipe e cooperar com os outros profissionais. (LIBÂNEO, 2013, p. 36)

Uma gestão de qualidade é aquela compartilhada, no qual todos participam e o trabalho se desenvolve. Outro ponto importante na gestão escolar é a autonomia que a escola possui e que estar prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Mediante essa autonomia as escolas conseguem atender as particularidades regionais e locais, assim como as diversas clientelas e necessidades para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade.

**ASPECTOS LEGAIS CENTRAIS DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO E EDUCAÇÃO.**

De acordo com a Constituição de 1998 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, a educação é um direito social garantido a todos os brasileiros. Além do que, a constituição define a educação como “dever do Estado e da família, a ser reconhecida e incentivada com a contribuição da sociedade”.

No que se refere ao Poder Público, essa responsabilidade é um dever partilhado entre as distintas esferas governamentais (União, Distrito Federal, Estados e Municípios), sob o aspecto de regime de colaboração (CF, Art. 211 e LDB, Art. 8°).

No Brasil, a gestão educacional possui um sistema determinado a seguir por orientações advindas da LDB. Segundo Vieira (2002), essas diretrizes vão estabelecer, pela primeira vez em forma de lei, as incumbências para os estabelecimentos de ensino, bem como prevê a flexibilidade no que se refere às formas de organização. Nesse sentido, a escola é a instituição no qual esse direito se promove, e seu dever é a socialização do saber organizado. Essas instruções vieram para amparar a necessidade de acontecer um ensino padronizado a nível nacional, seguindo o modelo dos países desenvolvidos.

Segundo Libâneo se faz necessário uma analise sob a escola na LDB, seus princípios, organização e funcionamento. Assim, em seus distintos níveis, as escolas se categorizam, conforme a lei 9.394/96, em publicas e privadas. As instituições de ensino privadas enquadram - se em quatro categorias: particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. (Libâneo 2011, p. 175). As instituições de ensino particulares são aquelas conservadas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, de acordo com a lei de diretrizes e bases da educação (LDB), de 1996.

Por sua vez, as instituições de ensino comunitárias são aquelas instituídas por grupos de ensino de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade, segundo a LDB.

No que diz respeito às entidades confessionais, estas são aquelas que atendem a quaisquer orientações religiosas ou ideológicas especificas. (Libaneo, 2011, p.175). Além disso, as escolas filantrópicas são aquelas que vivem por meio de doações de pessoas ou grupos. Vale ressaltar que a nova LDB confere às instituições a contingência de categorizar os discentes conforme as normas curriculares nacionais, o que testifica os transferidos de instituições nacionais, bem como para discentes estrangeiros.

Neste aspecto, conforme Libaneo (2011, p.175) “As instituições de ensino devem adaptar seus estatutos e regimentos ao que dispõe a nova LDB e às normas do sistema de ensino a que pertencem.” No entanto, uma das perspectivas da nova lei da educação que houve mudança, foi a substituição dos 200 dias letivos para 180 anteriores.

Quanto ao ensino superior, foram criadas novas modalidades de instituições, os institutos superiores de educação (ISEs), que tem como finalidade manter cursos formadores para profissionais da educação básica, que inclui o curso superior e os programas de formação pedagógica, além de programas de formação continuada para profissionais dos variados níveis.

Desta forma, é perceptível que os ISEs poderão se tornar uma ferramenta de aproximação entre a universidade e ensino fundamental posteriormente. Com isso, discorrer sobre a escola na LDB é compreender seus princípios, organização e funcionamento.

**A INFLUÊNCIA DE EMPRESAS PRIVADAS NA GESTÃO ESCOLAR**

A inserção das instituições privadas no processo educativo brasileiro se inicia diante de determinadas situações desfavoráveis no contexto econômico do país que corroboraram para a fusão do Estado e do setor Privado no provimento do ensino escolar. Diante desse fato, a educação passou a ter administrações múltiplas fomentadas por interesses divididos entre a União e o Terceiro Setor. Essa relação se fortaleceu durante a era do neoliberalismo econômico que ocorreu na década de 1990 no governo do Collor de Melo e FHC.

Nessa linha de entendimento, a crise econômica vivenciada pelo Brasil suprimia o poder do Estado limitando a implantação dos recursos para o ensino. Essa condição tornou o governo refém dos organismos internacionais e dessa maneira a distribuição de responsabilidades tornou-se o principal meio de dividir a gestão escolar.

Para melhor entender esses fatores, é necessário relembrar o momento da crise que o país já vivenciava desde as décadas de 70 e 80 com a alta na inflação e as decorrentes incertezas no setor econômico. Esse cenário crescente favoreceu a baixa produtividade do país e em decorrência disso, o Estado não conseguiu administrar as áreas do setor educacional bem como os demais órgãos governamentais.

Dessa forma, a única solução encontrada foi aderir à chamada Reforma do Estado defendida nos governos Collor e realizada durante a gestão de FHC o qual, contou com a participação do então ministro designado para dirigir o Programa Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE). Luiz Carlos Bresser Pereira justificou a existência dessa mudança como uma maneira de ampliar as possiblidades de recuperação do país que estava sujeito às vulnerabilidades do sistema e necessitava se adequar ao progresso de forma objetiva.

A instabilidade do sistema, segundo o ministro se devia a inviabilidade de manter o Estado mínimo pelos moldes do neoliberalismo econômico, que exigia um mercado forte e independente de intervenções. Nesse contexto, a Reforma era a saída mais adequada na tentativa de equilibrar as contas públicas e garantir que a economia não seria afetada gravemente.

Diante dessa condição, o governo aliou-se aos órgãos internacionais na tentativa de unir o setor privado a Reforma do Estado e suprir as necessidades existentes do sistema. A participação dessas entidades abriu espaço para que outras empresas privadas começassem a influenciar também dentro da área educacional propondo a privatização como forma de auxiliar a recuperação do país diante das mudanças econômicas.

A partir dessa fusão do Estado com o Terceiro Setor, a educação muda sua concepção inicial experimentada desde a década de 80, que consistia em um sistema de ensino mais aberto e democrático e passa a responder aos anseios do mercado, tornando a educação uma estratégia tecnicista atendendo aos interesses econômicos do setor privado.

**A ATUAÇÃO DAS ONG’S NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA A PARTIR DE 1994**

A fusão entre o Setor privado e o Estado, fortaleceu-se durante a década de 1990, pois chegou como forma de distribuir a responsabilidade do governo federal no tocante ao ensino brasileiro. Nesse contexto, as ONG’s sem fins lucrativos ganharam espaço mais acentuado no cenário educacional, proporcionando alternativas de qualificação para os alunos da rede pública.

Diante desse cenário o Instituto Ayrton Senna, inaugurado em novembro de 1994, surge com a proposta de trazer mudanças à educação brasileira atuando assim como diversas outras entidades do setor privado naquele período. O Banco Mundial e outros eixos econômicos são os principais doadores de recursos para sustentar essas ONG’s, amenizando os impostos e fortalecendo o Terceiro Setor que em troca oferece suporte para fortalecer a educação e apoiar o governo em sua recuperação econômica.

Tratando-se do Instituto Ayrton Senna, este, é apoiado por diversas outras entidades privadas como o banco BRADESCO Capitalização, CREDICARD, DUDALINA, Gerdau, Cielo entre outras parceiras que dão suporte ao projeto. Essas instituições têm função importante na manutenção do instituto que não tem fins lucrativos, e por isso recebe suporte financeiro dessas empresas, além de utilizar os recursos próprios para continuar atuando.

A proposta do Instituto Ayrton Senna gira em torno da promoção de atividades de capacitação dos alunos no tocante a erradicação do analfabetismo e problemas de evasão escolar e repetência, um fator bastante recorrente durante a década de 1990 que tornava negativa a imagem do Brasil no exterior. Esses programas como o Acelera Brasil, Circuito Campeão entre outros, visam desenvolver alcançar o maior número de estudantes em idade escolar, promovendo a autonomia e aprendizado das crianças.

Nesse viés, o Instituto mantém convênios com outros órgãos públicos e municipais que juntos promovem uma colaboração de informação sobre a aplicação dos programas oferecidos pela entidade não governamental. Assim, os órgãos públicos auxiliam no repasse de noticias ao Sistema do Instituto Ayrton Senna que recebe relatórios a cada mês da Secretaria de Educação citando a frequência escolar, a participação dos professores, como são aplicados os programas da instituição e os resultados de incentivo a leitura das crianças.

As consequências das parcerias público-privadas compreende-se Vera Maria Vidal Peroni as:

[...] demonstra como as parcerias público-privadas trazem consequências para a educação pública e principalmente para a autonomia docente, já que o privado, por se considerar parâmetro de qualidade interfere na educação pública, restringindo muito a autonomia docente e as possibilidades de construção de uma gestão democrática na educação. Principalmente ao definirem previamente o currículo, a metodologia, a formação docente, a avaliação, enfim, tem um impacto enorme na concepção pedagógica da escola e em sua gestão. (PERONI, 2008, p.11)

Para a autora, organizações como as do Instituto Ayrton Senna atualmente possuem grande pujança no país, pois representa o aumento no número de entidades dentro da esfera educacional brasileira, a partir da década de 90. Porém a prática docente é bastante limitado sendo apenas instrumento de uso da entidade privada. Essa realidade culmina na diminuição do poder público e gestor da educação, no qual limita também a liberdade da União e fortalece a participação das entidades sem fins lucrativos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, o presente artigo, buscou desvelar as diferenças entre o setor público e o privado contextualizando o percurso histórico vivenciado desde a educação da antiguidade passando pelos educadores jesuítas que vieram por intermédio da Igreja Católica promover a educação religiosa no país.

Esse tipo de ensino foi o primeiro a formar uma escola e permaneceu durante o período colonial. Contudo essa educação era restrita para a classe dominante. Somente na república, a escola passou a ser acessível para a população mais carente.

Em vista disso, foi exposta a diferença entre o público sendo este, gratuito e sendo um dever do Estado, e a diferença entre o privado que tem a intenção de gerenciar de forma particular e restrita o seu próprio sistema, determinando como será sua conduta e administração.

Quanto à problemática “Existe influencia de empresas privadas na gestão escolar?”, ficou claro que após as décadas de 70 e 80 o governo precisou se aliar aos órgãos internacionais com intuito de unir o setor privado a Reforma do Estado e suprir as necessidades existentes do sistema, isso permitiu que outras empresas privadas começassem a influenciar também dentro da área educacional induzindo a privatização como meio de ajudar a recuperação do país frente das mudanças econômicas.

O trabalho expôs a importância de uma gestão escolar que tem o dever de trabalhar em equipe com a participação de todo o corpo docente da escola, dos pais e da comunidade, construindo uma parceria com todos os eixos educacionais. Dessa forma a gestão escolar foi criada para elaborar e para superar um possível enfoque limitado do termo administração escolar.

**REFERÊNCIAS**

BEHRING, E. R e BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9ª ed. São Paulo: Cortes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. In: Cadernos MARE da Reforma do Estado;** v.1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes Ferreira. **A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.) **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios.** Caderno CEDES, ago. 2009, v. 29, n. 78, pp. 201-215.

ESTEVÃO, C.A.V**. Redescobrir a escola privada portuguesa como organização.** Braga (Portugal): UMINHO, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Politica, estrutura e organização.** 10 ed. São Paulo. Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Pratica.** 6 ed. rev. ampl. São Paulo: Heccus Editora.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Historia da Educação**: **da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez, 1989.

PENIN, Sonia T. Sousa; VIEIRA, Sofia Lerche. **Refletindo sobre a função social da escola.** In. VIEIRA, Sofia Lerche (org.) **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A autonomia docente em tempo de Neoliberalismo e Terceira Via.** Artigo cientifico <Disponível em: http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/A%20autonomia%20docente.pdf

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

SALDANHA, Lilian Leda**. A instrução Pública Maranhense na Primeira década Republicana**. Imperatriz: Ética, 2008.

SANTIN, Carina Castro. **A concepção educacional do Instituto Ayrton Senna: Presença de políticas neoliberais e organismos multilaterais**. [Artigo científico] <Disponível em: https://educere.bruc.br.pdf > Acesso em: 26/06/2018